

www.folhanacional.pt

Folha Nacional

de 17/12/2022 | Semanal | Ano 1

pela verdade



POLÍCIA

MAIS UMA VEZ

SÓ O CHEIGA

DEFENDEU AS FORÇAS
DE SEGURANÇA

sumário



Parlamento vai debater sobre suspeitas de corrupção na defesa a pedido do CHEGA

// pág. 06

Terça-feira há debate de urgência pedido pelo CHEGA. Em causa, as suspeitas de corrupção na Defesa.



Preço da eletricidade aumenta 1,6% em janeiro e gás natural sobe 3%

// pág. 08

Preços da eletricidade e do gás vão subir já em janeiro do próximo ano, asfixiando ainda mais as famílias.



O REFERENDO À EUTANÁSIA



POR **LUÍZ CABRAL MONCADA**
PROFESSOR DE DIREITO

O CHEGA propôs, e muito bem, o referendo à eutanásia, o que mostra que o partido não se quer sobrepor à consciência individual de cada cidadão. Qualquer associação civil, partidos à cabeça, não deve ignorar a consciência individual, nem a deve desvalorizar. As questões que passam pelo que de mais íntimo cada um de nós pensa não devem ser escamoteadas a favor de representação política por mais majoritária e legítima que ela seja.

Claro que o PS nunca iria aceitar este ponto de vista e votou a lei, ajudado pelos seus acólitos. A explicação é simples. O PS vive para as maiorias e a consciência de cada um não lhe interessa para nada. À boa maneira jacobina considera-se uma vanguarda iluminada e racional empenhada em reconstruir um mundo novo para quem aquilo que cada um de nós pensa não é relevante a partir do momento em que lhe foi dada a maioria eleitoral. Que a consciência individual seja um valor político e, como tal, limite ao Estado, como há muito ensinou Thomas Morus, não é importante, até porque o grupo parlamentar do PS, sem excepção, nem sabe quem ele foi, nem o que ele representou e representa. Consciência moral? O que é isso para o PS? Ora, a questão da eutanásia só pode ser resolvida através do referendo. Por muito que a Constituição portuguesa tenha desvalorizado o referendo fazendo dele um parente pobre da democracia não é isso que ilude a questão.

Pessoalmente sou a favor da eutanásia, em determinadas condições que a actual lei, a que foi votada, até preserva satisfatoriamente, mas esse não é o problema. O problema é que a questão é de tal modo íntima que deputado nenhum eleito pode, só porque faz parte de uma lista apresentada por um directório partidário, deliberar nesta matéria em nosso nome. Por muito que custe a compreender ao PS e seus deputados,

os cidadãos existem e devem ser directamente consultados quando são os seus valores essenciais que estão a ser postos à prova.

A consciência individual não existe para o PS. Só existe a maioria. Direitos dos cidadãos? Consciência? Cons... quê? O que é isso? A consciência é apenas a do partido e da maioria que o apoia. Pois não foram os cidadãos que nele votaram? O PS considera ter um mandato absoluto para decidir em nosso nome e em tudo aquilo que lhe apetece de acordo com a agenda das suas tendências internas. A consciência que vale é apenas a do partido e não a nossa. Já lá vai o casamento homossexual, hoje foi a eutanásia, amanhã será a personalidade jurídica dos animais, noutra ocasião será o voto aos catorze anos e noutra ainda a proibição do ensino religioso. O PS não distingue entre lei e direito; gosta das maiorias não das consciências.

Não tenham dúvida. O PS quer substituir-se à nossa consciência. Nós os cidadãos portugueses não temos direito a ser consultados sobre os assuntos que nos definem como seres humanos e pessoas morais. E porquê? Porque temos um grupo parlamentar socialista que pensa melhor do que nós e nos ensina como devemos ajuizar.

O referendo é um meio insubstituível de consulta da opinião pública. Numa democracia evoluída deve ser usado com a adequada frequência nos assuntos mais importantes que são aqueles que nos identificam como colectividade pensante e crítica. Aproxima os cidadãos dos decisores políticos como nenhum outro meio posto que, consultados, os cidadãos se reveem nestes e neles podem confiar. Mas não, o PS dispensa estas formalidades. O CHEGA fez o que devia e as atitudes ficam com quem as toma.



PULSEIRA VERMELHA PARA O SNS



POR **BRUNO PIRES**
MILITANTE DO CHEGA

Não é novidade que o SNS está em colapso. Todos sabemos e criticamos, mas a situação toma contornos ainda maiores quando é connosco e com os nossos. Especialmente quando se trata dos nossos filhos.

Desconheço em detalhe a situação em outros distritos, mas em Setúbal posso afirmar que o panorama é extremamente preocupante até porque não se preconiza solução rápida ou eficaz.

É com alarmante frequência que vemos os atendimentos permanentes pediátricos do hospital distrital serem encerrados por falta de pessoal, sem que esteja bem definido um plano de contingência viável. Neste campo, a abordagem do SNS apresenta falhas a vários níveis.

Falha na comunicação: é inexistente. Os utentes (e por vezes ambulâncias com pacientes urgentes) deslocam-se às unidades para esbarrarem em portas fechadas. Utentes em muitos casos urgentes! Crianças com quadros clínicos graves!

Displicentemente coloca-se um papel a informar o fecho...

Nos dias que correm e na 'era da digitalização' como pode ser esta a solução? Temos exemplos do que de bom se pode fazer na matéria de comunicação de serviços críticos, é o caso dos SMS da Protecção Civil...

Falha na alternativa: são apresentados dois cenários, centros de saúde, outros hospitais do distrito.

Para começar não está assegurado qualquer transporte para os mesmos, o que pressupõe que todos têm possibilidade de se deslocar por conta própria.

Depois, a capacidade e disponibilidade dessas alternativas não está garantida. Aliás, nos centros de saúde cujo horário de funcionamento é limitado é quase um milagre arranjar vaga. O mais provável é estes utentes terem de percorrer 2 ou 3 sítios até encontrarem um que os

possa receber. Novamente insisto, em muitos casos, idosos e crianças com quadros clínicos graves a percorrer de carro (no melhor dos casos) quilómetros a fio em busca de auxílio.

Falha na capacidade: chegados a uma das alternativas mencionadas atrás ainda o "calvário" vai a meio.

Os utentes têm então de esperar horas e horas para serem atendidos, em corredores apinhados, em macas, no chão... Idosos, crianças. Tanto hoje se fala na "dignidade humana"...

Os profissionais de saúde vão passando, agastados, cansados, já quase "indiferentes" a este infeliz cenário. Impotentes e consumidos pela letargia do hábito. Falhas a todos os níveis de um plano de contingência que não o é. Tal como o plano estratégico para a Saúde.

Em 2016, na ACES Arrábida (Setúbal) existiam cerca de 222.000 utentes, hoje são 244.000. Um aumento de 10%.

Muito devido ao saldo migratório positivo face ao interior do país. No entanto, onde se desinvestiu e fechou, não se compenhou nas regiões de destino.

Vemos apenas uma sobrecarga de um sistema já cansado, centralizado e sem soluções!

Mesmos as PPP que existiam foram dissolvidas, devido à cegueira ideológica socialista, mesmo quando os números indicavam que são opções mais viáveis do ponto de vista operacional e financeiro. Segundo o tribunal de contas, em 6 anos geraram uma poupança de mais de 200 milhões de Euros face à média de custos de Hospitais de gestão pública...

A este ritmo, caminhamos a passos largos para poder observar no nosso SNS situações apenas comparáveis a países do fim da tabela do Índice de desenvolvimento humano.

É preciso parar, pensar, planear e agir! Para ontem!



CARTAS DE LONDRES



POR **MANUEL DAMAS**
MÉDICO E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

Da Eutanásia começo por avisar que não esperem, desta crónica, o discurso politicamente correcto. Não o farei por respeito por todo o meu trajecto e em coerência e é sabido que não faço alinhamentos ideológicos.

Acima de tudo, porque sou um Homem de causas e sempre defendi que as causas não podem ser património de um qualquer sector ideológico ou político-partidário e merecem ser transversais à sociedade sem estarem acantonadas ou serem propriedade de um qualquer sector.

Sou português, médico e Professor Universitário e creio ser um Humanista convicto, fazendo meus os mais difíceis temas-bandeira no que às questões da Igualdade concerne.

E será assim, também, na questão da Eutanásia.

Sou obrigado a confessar: sinto-me dual em relação a este tema, pelo que passo a explicar. Acima de tudo o direito da pessoa a morrer com Dignidade! Direito à pessoa poder dizer basta. Basta de sofrimento, dor, falsas esperanças, tratamentos que, não curando, apenas prolongam a mera existência anatomo-fisiológica, mas em dor, em impotência e se, consciente, muitas vezes em revolta, em cansaço.

Direito de dispor do meu próprio corpo por, acima de tudo, ser meu. Mas... e a Vida está sempre condicionada por um ou vários mas...

Mas, como dizia...e o Juramento de Hipócrates que concentra em si mesmo um princípio inquestionável: o tudo fazer para salvaguardar a vida humana, tal como o Código Deontológico dos Médicos.

Foi isso que todos jurámos. Acresce que considero que a sociedade portuguesa não está preparada, nem sequer elucidada sobre esta questão. Até porque o debate foi, propositadamente ou não, parco e meramente pontual e, acima de tudo, inquinado pelo ruído que causou. Mas também não colaboro nas campanhas fundamentalistas que, condicionadas por um marketing sensacionalista, populista e demagógico, afirmam "O SNS mata"... Mas uma coisa tenho, para mim,

inquestionável: não consigo considerar que o tema da Eutanásia seja um "imperativo de Estado".

A todas as infundáveis certezas dos muitos que já vieram a terreiro afirmar as suas putativas teorias eu tenho de responder com as minhas infundáveis dúvidas.

Mas, até porque a Vida continua a ser bordejada pela incomensurável ironia da interrogação...e se eu fosse decisor? E se eu fosse deputado?

Em circunstância imperativa de ter de me pronunciar sobre o tema seria obrigado a votar, em consciência, Não.

Eu, Manuel Damas, me confesso cheio de dúvidas, no que à Eutanásia concerne e, em simultâneo, explano que sou totalmente contra que este tema seja colocado a referendo nacional.

Porque não foi nem será isentamente discutido e e apenas servirá de terreno para uma vez mais à Direita e à Esquerda serem exercidos sindicatos de voto, acima e sempre, manipulando os incautos. A título de conclusão, não é imperativo de Estado discutir a Eutanásia.

Imperativo de Estado são os dois a quatro milhões de portugueses em situação de pobreza; os mais de cem portugueses que morreram nos incêndios de 2017; os 70 mil portugueses que não têm vaga nos Cuidados Paliativos; as crianças que fazem quimioterapia em corredores; os mais velhos que sobrevivem em condição de miséria; a lista de políticos, jornalistas e banqueiros pagos mensalmente por Ricardo Salgado para decidirem tudo o que ele queria e precisava. Imperativo de Estado é o total, permanente e frontal combate à corrupção.

Antes de legislarem sobre a Morte, circunstância para a qual os Deputados não estão mandatados por não a terem apresentado a debate e posterior sufrágio na última campanha eleitoral, os partidos devem estar obrigados a legislar sobre a Vida e as suas circunstâncias. Em resumo...antes de legislar sobre a morte, impõe-se legislar sobre a vida e a sua prossecução em Dignidade. E em qualidade. Merecida.



ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO PRECISA-SE



POR **PATRÍCIA ALMEIDA**
DEPUTADA MUNICIPAL DO CHEGA EM LOURES

Assistimos na última semana a cheias, devido às fortes chuvas que se fizeram sentir em todo o território nacional, tendo a área metropolitana de Lisboa sido especialmente afetada.

As cheias de 1967 na região de Lisboa, e que pairam ainda na memória de muitos, foram igualmente causadas por fortes chuvas na madrugada de 25 para 26 de novembro. Causaram cerca de 700 mortes e a destruição de 20 mil casas, sendo a pior catástrofe na região desde o terramoto de 1755.

Nos últimos 150 anos, houve 115 eventos de chuva com cheias que causaram danos no distrito de Lisboa. Estatísticas que fazem assim cair por terra a culpabilização que a esquerda quer atribuir, exclusivamente, às alterações climáticas.

A pouca atenção que tem sido dada ao ordenamento do território em Portugal tem-se vindo a pagar caro, não poucas vezes em vidas humanas, com os incêndios no Verão e com as cheias no Inverno. No verão, hectares e hectares ardidos, danos materiais, humanos e animais irreparáveis, e no inverno cenário idêntico, mas provocado pelas chuvas ...

A expansão desordenada das áreas metropolitanas e de outras áreas urbanas, que crescem sobre cursos de água, e que conseqüentemente dão origem às cheias, põem a nu o "des"ordenamento do território e o pouco investimento que tem sido feito em Portugal nesta área. Os concelhos de Lisboa e Loures foram gravemente afetados com as cheias que

ocorreram durante a última semana.

Na noite de 7 para 8 de dezembro, estava a Assembleia Municipal reunida quando foi interrompida assim que o executivo e os presidentes de junta começaram a ser chamados pela proteção civil. Depois de com bastante dificuldade e por milagre ter conseguido inverter a marcha, antes de ficar atolada na EN 115 em Santo Antão do Tojal, consegui chegar a casa. O cenário que amanheceu caótico piorou uma semana depois e nesta noite de 13 de dezembro o que tinha ficado a salvo, tombou ...

Em Loures, os prejuízos, atingem já os 20 milhões de euros, por danos causados pelos deslizamentos de terras, quedas de muros, de árvores e habitações completamente danificadas pela violência das águas que entraram sem aviso e afetaram 82 famílias, em que 12 continuam desalojadas. Não será tão cedo que os lourenses esquecerão estes dias e que verão as suas vidas voltar a normalidade.

É fácil perceber que, os problemas que derivam das cheias não estão relacionados com o fenómeno em si, mas sim com o facto de ocuparmos o espaço em que elas ocorrem naturalmente.

É urgente olhar para Loures, para o Distrito de Lisboa, para Portugal e pensar em políticas efetivas de prevenção de acontecimentos climáticos catastróficos, como as cheias ou os incêndios, ordenar o território em conformidade e deixarmos definitivamente de culpar o clima.

sumário



Assim andam os jovens portugueses

// pág. 12

Estudo apresenta um retrato preocupante dos jovens portugueses.



Procuradoria europeia pede fim da imunidade para duas deputadas, incluindo Kaili

// pág. 15

Procuradoria pede levantamento de imunidade a duas eurodeputadas suspeitas de fraude.



POLÍCIA

MAIS UMA VEZ

SÓ O CHEGA

DEFENDEU AS FORÇAS
DE SEGURANÇA

O CHEGA marcou esta semana a agenda do parlamento com um debate sobre as Forças de Segurança e as suas carreiras, o racismo e a perseguição por parte do poder político em Portugal.

Neste debate, referiu que as forças de segurança são alvo de perseguição e anunciou que vai propor consagrar na Constituição que os seus elementos possam integrar partidos.

Este debate surgiu na sequência de uma pseudo-investigação jornalística que denunciou alegadas mensagens de teor racista e incitamento ao ódio por elementos da PSP e GNR nas redes sociais, mas que o Folha Nacional mostrou que foi feita por apoiantes e militantes do Bloco de Esquerda, o que diz bem da isenção e idoneidade da mesma.

Na abertura do debate, André Ventura afirmou que, “quer pelo poder político instalado, quer pelas elites políticas, uma grande parte do país e destas elites vê os polícias como racistas, abusivos da sua força, extremistas ou capazes de utilizar a ordem de forma desproporcional e em seu proveito”.

“Não deixa de ser curioso que, durante anos e décadas, a infiltração de elementos do PCP, BE, PS nos sindicatos, nas confederações sindicais, nos vários segmentos profissionais, dos professores, médicos, polícias, e de todos os outros segmentos de operariado e indústria nunca tenha levado a uma única reportagem em Portugal, mas foi a possível presença ou a afetação de elementos policiais às convicções do CHEGA que levaram a esta perseguição sem limites”, criticou. O líder do CHEGA considerou depois que “não se trata nem de transparência, nem de lei, nem de Constituição, trata-se da maior perseguição política a um grupo profissional em Portugal após o 25 de Abril”.

Ventura anunciou que o seu partido apresentou uma proposta “que visa restaurar os direitos políticos dos polícias” e adiantou que na Revisão Constitucional que o parlamento vai iniciar em janeiro o CHEGA “vai propor que polícias possam ser parte de todos os partidos políticos”.

A Constituição da República Portuguesa prevê restrições ao exercício de direitos de “expressão, reunião, manifestação, associação e petição colectiva e à capacidade eleitoral passiva por militares e agentes militarizados dos quadros permanentes em serviço efectivo, bem como por agentes dos serviços e das forças de segurança”.

A inscrição ou filiação em partidos políticos está vedada aos militares ou agentes militarizados dos quadros permanentes em serviço efectivo e aos agentes dos serviços ou das forças de segurança em serviço efectivo, estatui a lei dos partidos políticos.

O presidente do CHEGA criticou ainda o valor dos salários dos agentes da PSP e guardas da GNR e acusou PS e PSD de deixarem “os polícias órfãos e sem qualquer apoio”, contrapondo que o CHEGA apresentou os cinco projetos de lei que estavam em debate com o objetivo de “restaurar a dignidade da função policial”.





Durante o debate e perante os apupos das bancadas da esquerda, André Ventura não se deixou intimidar e foi perentório: “Nós preferimos os aplausos dos polícias. Os apupos das bancadas da esquerda e extrema-esquerda quando afirmamos que as forças de segurança são desrespeitadas e humilhadas, que cumprem porque devem cumprir e que não merecem mais dignidade por isso, não nos demove desta missão, apenas reforça a nossa convicção: só o CHEGA está genuinamente ao lado das polícias e de quem faz o bem e temos orgulho disso!”

O presidente do CHEGA concluiu dizendo que as “forças de segurança são agredidas, humilhadas e perseguidas e no Parlamento só o CHEGA teve coragem de sair em sua defesa”.



“Estes homens e mulheres que arriscam a vida diariamente sempre tiveram, têm e sempre terão o apoio do CHEGA, independentemente do que diga a esquerda e a extrema-esquerda.”

► **LEIA A EDIÇÃO DE 19 DE NOVEMBRO DE 2022 PARA SABER MAIS SOBRE A INVESTIGAÇÃO FOLHA NACIONAL SOBRE OS DISCURSOS DE ÓDIO CONTRA AS FORÇAS DE SEGURANÇA** ◀



- 
goncalo.araujo **Fidjas da puta** 🙄👊
 32 min Responder
- 
rafael_fc **Fdp, depois querem ser respeitados, vão buscar o respeito ao crlh fuck the police**
 59 min Responder
- 
filipinha.2 **Que filhos da puta**
 56 min Responder
- 
joaozim **É por isso que nós traficantes matamos policias**
 11 h 2 gostos Responder



- 
igor_estrada **Nao valem merda nenhuma** vocês seus cornos filhos das putas
 2 h 1 gosto Responder
- 
nelson_81 **Cambada de merdas!!** Esses bofias chupam se bues uns ao outros **cambada de porcos fardados!!** Filhos da puta !!! Deviam levar com **um cassetete enfiado no meio do cu!!** Para aprenderem!!! Fdss pensam k sao mais k os outros porq carregam uma arma??? Opah andem la desfardados na rua seus cocos!!! **N sao mais q ninguem mesmo!!! Filhos da puta** 🙄👊👊
 2 h 1 gosto Responder

AR VAI DEBATER SUSPEITAS DE CORRUPÇÃO NA DEFESA A PEDIDO DO CHEGA

O debate de urgência no parlamento pedido pelo CHEGA sobre "suspeitas de corrupção no Ministério da Defesa Nacional" está agendado para a próxima terça-feira.

O CHEGA anunciou na terça-feira que requereu o agendamento potestativo de um debate de urgência sobre as investigações que envolvem o Ministério da Defesa para ouvir João Gomes Cravinho, ex-ministro da Defesa e atual ministro dos Negócios Estrangeiros, dar explicações ao parlamento.

Na semana passada, a Polícia Judiciária desencadeou, em coordenação com o Ministério Público, a operação Tempestade Perfeita, que resultou em cinco detenções, entre as quais três altos quadros da Defesa e dois empresários, num total de 19 arguidos, que respeita ao período em que João Gomes Cravinho tutelou aquele ministério.

Já na Comissão de Defesa Nacional, o PS chumbou as audições do ministro dos Negócios Estrangeiros e do secretário de Estado da Defesa sobre a investigação pedidas pelo PSD, com o argumento de que o CHEGA já agendou um debate com Cravinho.

O requerimento foi chumbado com os votos contra do PS e os votos favoráveis de PSD, Chega, Iniciativa Liberal e PCP. O Bloco de Esquerda não marcou presença na reunião.

Assim, o debate de urgência pedido pelo CHEGA terá lugar na próxima terça-feira, havendo ainda lugar a Plenários na quarta e na quinta-feira, encerrando depois os trabalhos para a pausa das festas de fim de ano.

por Agência Lusa



RETIRAR A EUROPOL E INTERPOL À PJ AMEAÇA "SEPARAÇÃO DE PODERES", AVISA VENTURA

O CHEGA reiterou as críticas ao diploma sobre o Ponto Único de Contacto para Cooperação Policial Internacional, considerando esta lei "uma ameaça ao princípio da separação de poderes".

"A decisão do Tribunal Constitucional de dar luz verde à retirada da Europol e Interpol da esfera de competência da Polícia Judiciária (PJ) não nos convence. Este é um ponto de contacto que não deve sair da PJ e/ ou dos magistrados do processo, sendo qualquer outra interferência uma ameaça ao princípio da separação de poderes", considera a Direção Nacional do CHEGA.

Em comunicado, o partido alerta que "serão as investigações a políticos ou a membros da esfera governativa as que mais poderão estar em risco de interferência abusiva por parte de outras entidades, o que pode



comprometer investigações futuras ou até investigações em curso em Portugal".

A direção do CHEGA aponta também que "este é mais um sintoma do rolo compressor da maioria absoluta socialista".

O Presidente da República pediu a fiscalização preventiva do decreto "dado tratar-se de matéria relativa a direitos fundamentais, que causou a divisão a meio do parlamento, por razões políticas e constitucionais" e "com o objetivo de certeza jurídica".

Com origem numa proposta do Governo, o decreto que reestrutura o Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional foi aprovado no Parlamento em votação final global em outubro com votos a favor do PS e votos contra de todos os restantes partidos.

por Agência Lusa

CHEGA QUER SABER QUANTOS OBSERVATÓRIOS BENEFICIAM DO DINHEIRO PÚBLICO



O CHEGA propõe a realização de um "levantamento dos observatórios criados ou reconhecidos por entidades públicas que beneficiem ou tenham beneficiado de apoios financeiros".

Com este projeto de lei, os deputados do CHEGA propõem a "realização de um levantamento dos observatórios criados ou reconhecidos por entidades públicas que beneficiem ou tenham beneficiado de apoios financeiros concedidos pela administração direta ou indireta do Estado, regiões autónomas, autarquias locais, outras pessoas coletivas da administração autónoma e demais pessoas coletivas públicas, com vista a avaliar o respetivo custo/benefício, a sua viabilidade financeira e decidir sobre a sua manutenção ou extinção".

O partido liderado por André Ventura defende a criação de um registo anual de observató-

rios para reunir informação sobre a constituição destas entidades, identificação da sua missão e de "acordos ou protocolos celebrados com a administração direta ou indireta do Estado, com vista à concessão de bens públicos ou de apoios financeiros".

O CHEGA quer que sejam conhecidos os apoios financeiros concedidos pelo Estado e que o Ministério das Finanças proceda todos os anos à "avaliação do custo/benefício e viabilidade financeira de cada observatório com base na informação disponibilizada".

No que toca a financiamento, o diploma refere que só devem ser "elegíveis para receber qualquer tipo de apoio público os observatórios cuja missão seja de reconhecido interesse público e desde que não exista qualquer outro organismo público com a mesma missão".

por Agência Lusa

PREÇO DA ELETRICIDADE AUMENTA 1,6% JÁ EM JANEIRO

O preço da eletricidade em mercado regulado aumenta 1,6% em janeiro de 2023, em relação a dezembro, sendo que a subida ascenderá a 3,3% face à média deste ano, valores superiores aos propostos em outubro, anunciou a ERSE.

Em comunicado, a ERSE adiantou que “para os clientes que permaneçam no mercado regulado ou que, estando no mercado livre, tenham optado por tarifa equiparada, a variação média anual das tarifas transitórias de Venda a Clientes Finais em Baixa Tensão Normal (BTN) é de 3,3%”. No mesmo comunicado, a ERSE explicou que “este acréscimo tarifário, superior ao anunciado em outubro, deve-se a um menor sobreganho com a produção em regime especial (PRE), a devolver aos consumidores, do que o inicialmente previsto”.

De acordo com os dados publicados pela ERSE, com este aumento, a fatura média mensal,



a partir de janeiro 2023, para um casal sem filhos (potência 3,45 kVA, consumo 1.900 kWh/ano) aumenta 0,54 euros e para um casal com dois filhos (potência 6,9 kVA, consumo 5.000 kWh/ano) sobe 1,41 euros.

Por outro lado, “em 2023, as tarifas de acesso às redes observam reduções significativas, passando o seu valor a ser negativo para os consumidores em todos os níveis de tensão”.

Assim, “face ao nível de preços observado em 2022 no mercado, esta redução da tarifa de acesso às redes contribui para uma diminuição de cerca de -30% na fatura final dos consumidores industriais e de cerca de -55%, na fatura final dos consumidores domésticos, aliviando assim a pressão dos incrementos no mercado grossista nos preços finais pagos pelos clientes, tanto no mercado regulado como no mercado liberalizado”.

por Agência Lusa

FATURA DO GÁS NATURAL SOBE 3% NO INÍCIO DO ANO



A fatura do gás natural vai aumentar, a partir de janeiro, cerca de 3% para os clientes mais representativos do mercado regulado, depois de um desvio nas previsões dos preços de aquisição, adiantou a ERSE.

Em comunicado, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos referiu que atualizou “o preço da tarifa de energia do mercado regulado, em +2 euros por MWh, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023”.

“Para a maioria dos clientes domésticos do mercado regulado, a atualização representa um aumento de aproximadamente 3% na fatura média mensal de gás natural”, referiu a ERSE.

Assim, a fatura média mensal, a partir de janeiro 2023, para um casal sem filhos (1.º escalão de consumo, consumo 1.610 kWh/ano) aumenta 0,33 euros e para um casal com dois filhos (2.º escalão de consumo, consumo

3.407 kWh/ano) sobe 0,70 euros. De acordo com o regulador, “a previsão do custo unitário com a aquisição de gás natural pelo CURg, considerado na fixação da tarifa de energia para o ano gás de 2022-2023, aprovada pela ERSE em 28 de junho de 2022, foi de 22,85 euros/MWh”.

“Contudo, face à subida continuada dos preços da energia, a estimativa atualizada para o ano gás 2022-2023 é de 27,14 euros/MWh, o que corresponde a um desvio de 4,29 euros/MWh face ao valor refletido nas tarifas em vigor. Assim, para adequar a tarifa de energia aplicada aos clientes do mercado regulado à dinâmica do custo de aquisição, evitando desvios a recuperar em anos subsequentes, a ERSE atualiza a tarifa de energia com um aumento de dois euros/MWh, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023”, disse a ERSE.

por Agência Lusa

INTENÇÃO DE REPRIVATIZAR TAP "JÁ FOI SINALIZADA AO MERCADO", GARANTE O GOVERNO

O ministro das Infraestruturas disse, quarta-feira, que a intenção de reprivatizar a TAP "já foi sinalizada ao mercado", embora não tenha havido "da parte do Governo" conversas com potenciais compradores.

"Há uma intenção por parte do Governo em abrir capital da empresa e essa intenção já foi sinalizada ao mercado", disse o ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, em audição na Assembleia da República, garantindo ainda que "da parte do Governo não" foram tidas quaisquer conversas com potenciais compradores.

Relativamente aos conflitos laborais na empresa, cujos tripulantes fizeram recentemente uma greve de dois dias, que levou ao cancelamento de 360 voos, o ministro das Infraestruturas adiantou que "já há reuniões marcadas entre os sindicatos e a

administração" para que continuem as negociações, lembrando, no entanto, que há acordos de emergência assinados, no âmbito do plano de reestruturação, "que têm de ser cumpridos". Explicando que os 3.200 milhões de euros injetados na TAP não foram um empréstimo e, nesse sentido, não têm de ser devolvidos, Pedro Nuno Santos vincou que a companhia aérea "devolve ao Estado português de várias maneiras", nomeadamente com distribuição de dividendos, a partir do momento que comece a dar lucro.

"Eu cá ponho as minhas fichas que a TAP consegue ter resultado líquido em exercício antes de 2025", apostou o ministro, antecipando, assim, a meta estabelecida no plano de reestruturação aprovado pela Comissão Europeia.

por Agência Lusa



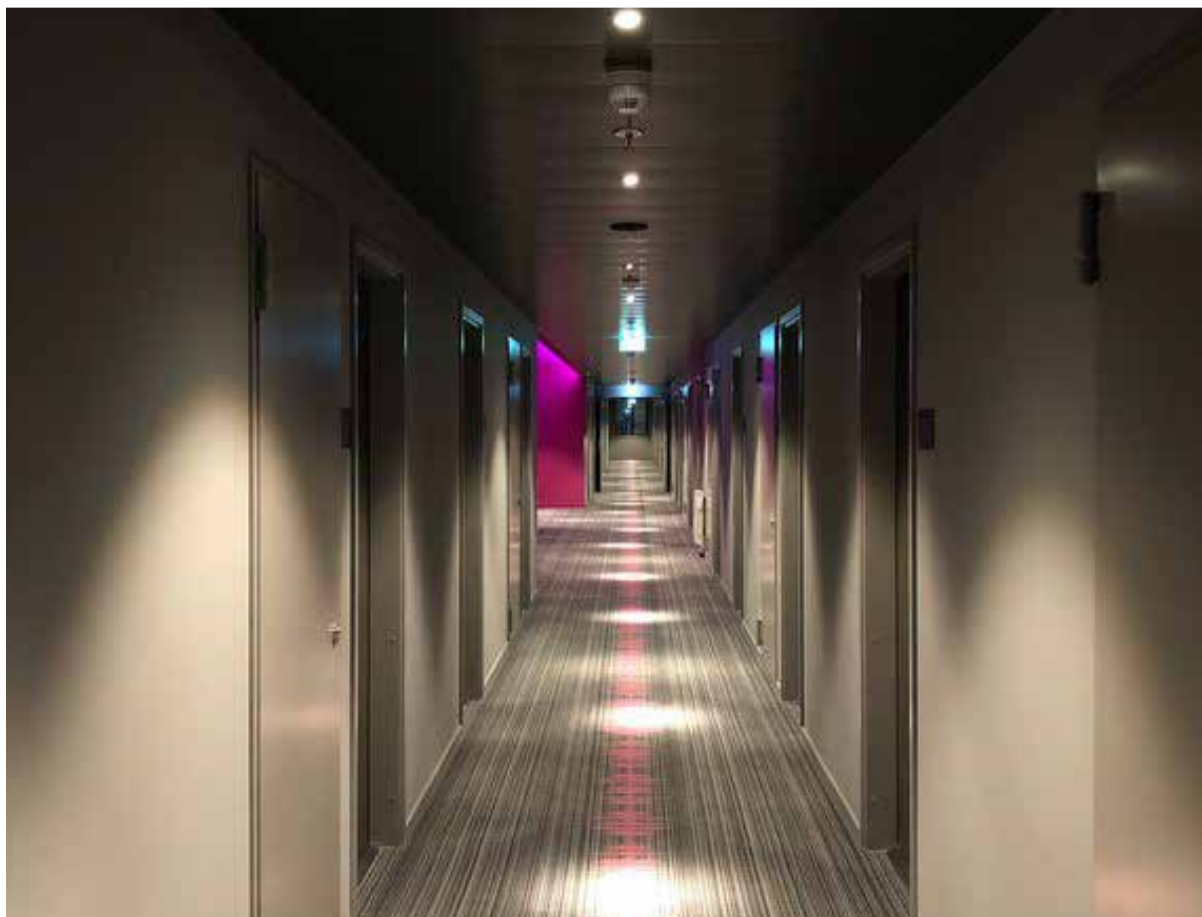
PROVEITOS DO ALOJAMENTO TURÍSTICO JÁ ULTRAPASSAM OS DE 2019

Os proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico nos primeiros 10 meses deste ano "já ultrapassaram o total anual de 2019", ano pré-pandemia, e em outubro cresceram 48,2%, em termos homólogos, divulgou esta semana o Instituto Nacional de Estatística (INE).

De acordo com estes dados, os proveitos até outubro foram de 4.463,5 milhões de euros e "já ultrapassaram o total anual de 2019, refletindo o aumento dos preços dos serviços prestados". Em outubro, "os proveitos totais cresceram 48,2% [em termos homólogos], tendo atingido 497,7 milhões de euros", e os "proveitos de aposento aumentaram 50,1%, com um valor de 370,6 milhões de euros".

"Comparando com outubro de 2019, registaram-se aumentos de 27,2% nos proveitos totais e 27,8% nos relativos a aposento", acrescenta o INE.

O setor do alojamento turístico



registou 2,6 milhões de hóspedes e 6,8 milhões de dormidas em outubro, o que corresponde a aumentos de 23,4% e 23,5%, respetivamente, em relação ao mesmo mês de 2021 (41,1% e 37,2% em setembro, pela mesma ordem).

Nos primeiros 10 meses do ano, "considerando a generalidade dos meios de alojamento registaram-se 25,4 milhões de hóspedes e 68,5 milhões de dormidas, correspondendo a crescimentos de 90,9% e 90,3%, respetivamente", mas "comparando com o mesmo período de 2019, as dormidas diminuíram 1,7% (+5,6% nos residentes e -5,4% nos não residentes)".

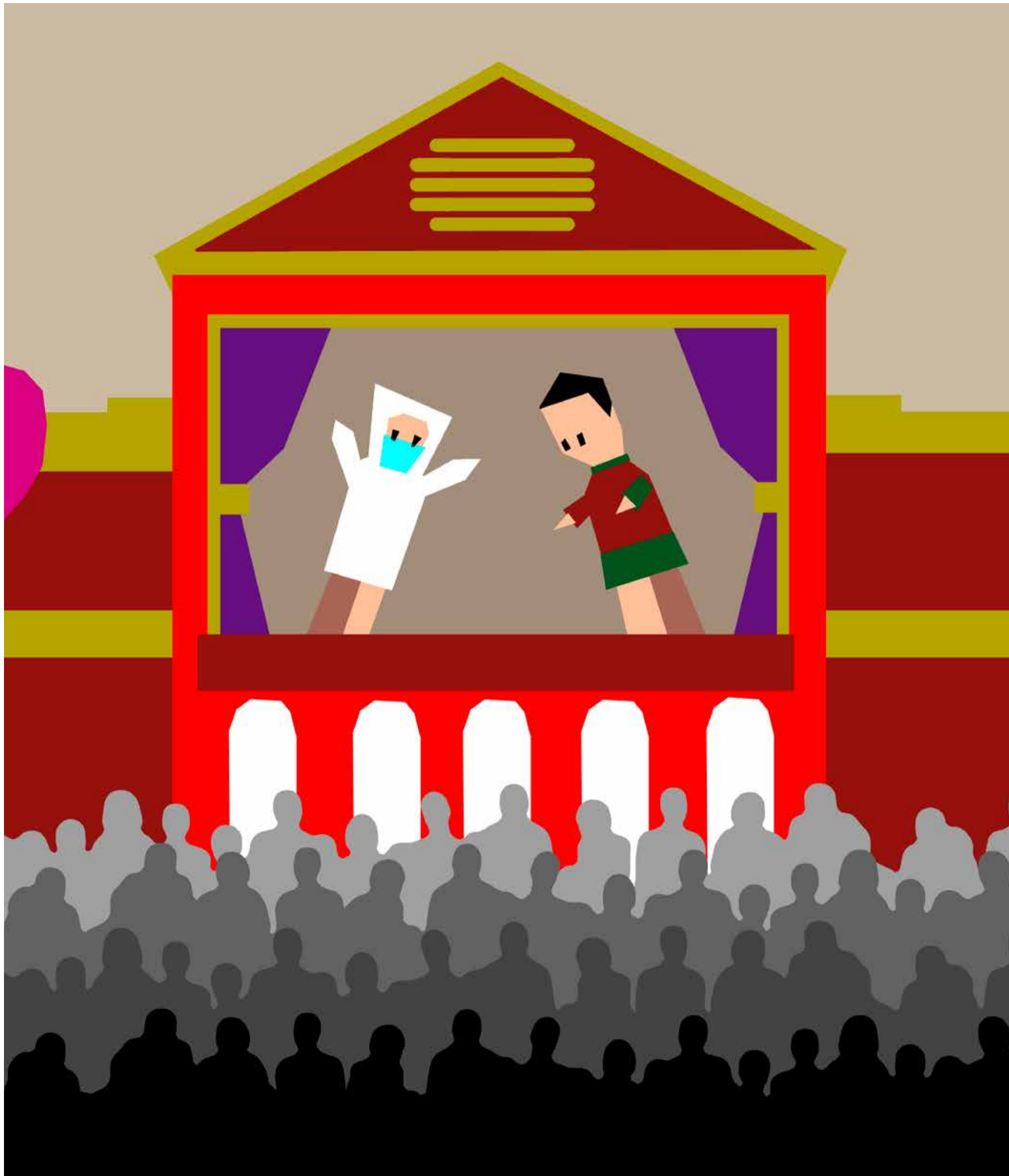
Relativamente à repartição das dormidas por países destaca-se "a predominância das dormidas de residentes do Reino Unido na hotelaria (principalmente em unidades de 5 estrelas) e da Alemanha no alojamento local e no turismo no espaço rural e de habitação".

por Agência Lusa



O CHEGA reuniu, ontem à noite, duas centenas de militantes e apoiantes para um jantar de Natal. Mais do que um jantar natalício, este foi um verdadeiro jantar da família CHEGA repleto de boa-disposição e de um apoio incontestável em torno do partido e do seu líder, André Ventura.

‘Pão e Circo’



ASSIM ESTÃO OS JOVENS PORTUGUESES

As conclusões sobre o estilo de vida dos adolescentes em idade escolar constam de uma investigação - Health Behaviour in School-aged Children feita em colaboração com a Organização Mundial de Saúde - que integrou, este ano, cerca de 6.000 questionários, em 40 agrupamentos de escolas do ensino regular (Portugal continental), num total de 452 turmas. As respostas são de alunos do 6.º, 8.º e 10.º anos de escolaridade.

1 JOVENS USAM MENOS MÉTODOS CONTRACETIVOS

A frequência de idade da primeira relação sexual diminuiu nos jovens com 11 anos ou menos (13,6% em 2018 e 8,4% em 2022) e nos que têm 12/13 anos (de 23,2% para 20,5%). Já nos jovens com 14 anos ou mais, esta frequência aumentou, passando de 63,2% para 71,1%.

A maioria (84,8%) dos adolescentes do 8.º e 10.º ano de escolaridade referem ainda não ter tido relações sexuais. Dos que mencionaram já ter tido, 71,1% disseram ter tido a primeira relação sexual aos 14 anos ou mais tarde e em relação aos comportamentos sexuais, o uso de métodos contraceptivos diminuiu: o uso do preservativo diminuiu para 64% (66% em 2018) e o da pílula contraceptiva baixou para 31,3% (era 33,8%). As relações sexuais associadas ao consumo de álcool também baixaram, passando de 17,1% (2018) para 13,4% (2022) e quanto ao consumo de substâncias aumentou a frequência de não fumadores, passando de 93,7%, em 2018, para 95,1% (2022).

Os dados mostram ainda que 41,3% dos jovens inquiridos disseram não ter, de momento, um relacionamento amoroso e mais de um em cada cinco (23,5%) consideram que o relacionamento amoroso que têm de momento "é das coisas mais importantes das suas vidas".

2 ADOLESCENTES PERDERAM CAPACIDADES SOCIOEMOCIONAIS COM A PANDEMIA

A dificuldade de contactos sociais imposta pela pandemia levou os jovens a perderem capacidades socioemocionais, uma situação espelhada no aumento das situações de conflito, como as lutas, assim como da tristeza, insegurança e medo.

O estudo revela que houve um aumento no envolvimento em lutas, de 27,4% em 2018 para 32,3% em 2022, com a escola como o principal local onde estas ocorrem.

Quando têm uma situação de conflito na escola, têm menos capacidade de parar, analisar a situação e resolvê-la com tranquilidade", explicou Tânia Gaspar, coordenadora do estudo, acrescentando: "estes jovens entraram na pandemia, muitos deles, com 12 anos e saíram com 14, ou entraram com 14 e saíram com 16". Outra área afetada por esta "intermitência de relações" foi a relação com a família. Os dados indicam que há uma perceção mais negativa do apoio da família e há agora menos refeições em família. Em relação à qualidade da relação familiar, baixou de um valor médio de 8,55 (em 2018) para 8,10 quatro anos depois. A perceção de apoio familiar também baixou para 22,94 (era 24,12), assim como a facilidade em comunicar com os pais.

3 QUASE UM EM CADA TRÊS JOVENS NÃO GOSTA DA ESCOLA

O gosto pela escola diminuiu nos alunos do 6.º, 8.º e 10.º anos, que continuam a achar a matéria demasiada aborrecida e difícil. O estudo indica que a pressão com os trabalhos de casa (muita pressão) aumentou (de 13,7% em 2018 para 22,4% em 2022) e que o que os alunos menos gostam na escola é a comida nos refeitórios.

O gosto pela escola baixou de 70,4% (em 2018) para 69,7%, as atividades extracurriculares passaram da terceira para segunda posição daquilo que os alunos menos gostam na escola, ao contrário do que aconteceu com as aulas, que são agora a terceira coisa de que os alunos menos gostam.

As dificuldades com a escola e com os trabalhos da escola aumentaram de 2018 para 2022. A matéria continua a ser considerada demasiada (87,2% em 2018 para 87,9% em 2022), aborrecida (84,9% em 2018 para 87,4% em 2022) e difícil (82% em 2018 para 82,1% em 2022) e quase um em cada três jovens (30,3%) não gosta da escola.

4 DIRETORES RECONHECEM QUE AULAS PODEM SER POUCO ATRATIVAS

O representante dos diretores escolares reconhece que as aulas podem ser pouco atrativas para os alunos, em especial quando os professores estão focados em preparar os estudantes para os exames nacionais de acesso ao ensino superior.

"Há certas matérias que são extensas e nós também o achamos", acrescentou o representante, lembrando que as escolas têm atualmente alguma autonomia através do projeto de autonomia e flexibilidade curricular, mas ainda estão sob a pressão do acesso ao ensino superior que faz com que alguns professores estejam focados em preparar os seus alunos para os exames nacionais.

O estudo revela ainda que o stress das avaliações aumentou, passando de 77% em 2018 para 83,1%, com mais de metade dos alunos (58,4%) a sentirem-se também pressionados pelos próprios pais para ter boas notas.



QUASE 5 MIL INUNDAÇÕES E 88 DESALOJADOS DESDE A SEMANA PASSADA



A Proteção Civil registou mais de 7.950 ocorrências em território nacional, 4.841 inundações e 88 desalojados desde a semana passada, quando começou o quadro de instabilidade meteorológica.

Num ponto de situação feito quinta-feira à agência Lusa, com dados desde as 00:00 de dia 07 e até às 08:00 de quinta-feira, José Costa, da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), disse que estiveram envolvidos nas operações 29.651 operacionais e 9.803 meios terrestres.

No total, foram registadas 7.954 ocorrências, a maioria das quais inundações (4.841), seguidas de limpezas de vias (1.017).

O mau tempo que se fez sentir desde a semana passada deixou 88 pessoas desalojadas - "que entretanto podem já ter sido realojadas ou estar em centros de apoio à população" - e provocou ainda 961 quedas de árvores, 573 quedas de estruturas e 527 deslizamentos de terras, acrescentou o responsável. Segundo o oficial de operações, houve ainda 15 salvamentos terrestres e 10 salvamentos aquáticos.

Os distritos mais afetados foram Lisboa, com 4.281 ocorrências, Setúbal (849), Santarém (461), Coimbra (343) e Portalegre (307).

por Agência Lusa

APROVAÇÃO DA EUTANÁSIA É "UM DOS SINTOMAS DA FALÊNCIA DO SISTEMA"

O bispo da Guarda considerou, quarta-feira, que a aprovação parlamentar da lei que permite a eutanásia "é um dos sintomas da falência do sistema", quando "há muitos outros problemas graves" que precisam de atenção e "são marginalizados".

"A recente aprovação parlamentar da lei que permite a eutanásia e o suicídio medicamente assistido é um dos sintomas da falência do sistema, porque oferecer a morte nunca pode ser solução para qualquer problema humano", referiu Manuel Felício na sua mensagem de Natal.

Para o bispo da diocese da Guarda, "é legítimo o empenho de todas as pessoas de boa vontade, a começar pelos profissionais de saúde, para rejeitar as possibilidades abertas pela legalização da eutanásia e do suicídio medicamente assistido".

"Isto porque a vida humana é



sempre um dom precioso, em todas as suas fases, desde a conceção até à morte natural e, por isso, nunca deve ser intencionalmente provocada", justificou.

Acrescentou que sabendo das carências do sistema saúde, que "são muitas e estão longe de se encontrar superadas, o risco passa a ser o recurso à eutanásia como solução mais rápida e menos onerosa".

Por outro lado, o prelado diocesano salientou que já existe legislação sobre o testamento vital "que é suficiente para enquadrar as determinações do próprio sobre o final da sua vida".

No final da leitura da mensagem natalícia intitulada 'Natal: A beleza da vida no rosto de uma criança', o bispo afirmou que existem outros problemas "graves" no país que estão a precisar da "atenção dos nossos representantes em sede de decisões legislativas", tais como a saúde e a educação.

com Agência Lusa

QUARENTA PORTUGUESES RETIDOS NO PERU DEVIDO À INSTABILIDADE NO PAÍS



Quarenta cidadãos portugueses estão retidos no Peru devido à instabilidade no país, anunciou o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

“O Ministério dos Negócios Estrangeiros tem conhecimento de 40 cidadãos portugueses que se encontram nas regiões de Cusco, Arequipa e Águas Calientes (Machu Pichu), retidos devido ao encerramento dos aeroportos e da circulação rodoviária e ferroviária”, avança o ministério em comunicado.

Na mesma nota, o Ministério garante ainda que “todos os cidadãos assinalados se encontram em segurança” e em contacto permanente com as autoridades.

Entre os 40 portugueses estão dez jovens que viajaram na última semana para o Peru, incluindo um grupo de sete, retido em Arequipa, e outro de três, em Aguas Calientes, segundo relatos dos pais dos jovens à Lusa.

por Agência Lusa

CONGO DECRETA TRÊS DIAS DE LUTO NACIONAL APÓS A MORTE DE 120 PESSOAS

As autoridades da República Democrática do Congo (RD Congo) decretaram três dias de luto nacional pela morte de, pelo menos, 120 pessoas devido às fortes chuvas na capital, Kinshasa, que causaram inundações e deslizamentos de terras.

O Presidente da RD Congo, Felix Tshisekedi, que está nos Estados Unidos da América para a cimeira EUA/África, anunciou a decisão e o seu regresso antecipado ao país após a sua reunião com o seu homólogo norte-americano, Joe Biden.

A Presidência congoleza indicou na sua conta Twitter que o chefe de Estado “decidiu decretar luto nacional de três dias a partir desta quarta-feira, 14 de dezembro de 2022, e encurtar a sua viagem aos Estados Unidos para regressar a Kinshasa na quinta-feira, 15 de dezembro”.

“O chefe de Estado, que acompanha de hora a hora a evolução da situação, ordenou ao Gover-

no, sob mandato do primeiro-ministro, Jean-Michel Sama Lukonde, que se encarregasse da situação das vítimas das inundações”, pode ler-se.

O vice-primeiro-ministro do Interior, Daniel Asele, disse que os funerais seriam organizados por comuna e expressou as suas “mais profundas condolências a todas as famílias em luto”. As inundações causaram importantes estragos materiais e submergiram, ao início da manhã de terça-feira, grandes ruas do centro da metrópole, que tem 15 milhões de habitantes.

Segundo as autoridades, as mortes ocorreram em diferentes bairros da cidade em particular nos declives onde as habitações foram destruídas por deslizamentos de terras.

Entre os mortos estão nove membros de uma família, entre os quais várias crianças, depois de a sua casa ter desabado em Ngaliema.

por Agência Lusa



ZELENSKY RECEBEU PRÊMIO SAKHAROV PELA RESISTÊNCIA DO POVO UCRANIANO

O Presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, voltou a apelar à criação de um tribunal especial para julgar os crimes de guerra da Rússia, por ocasião da entrega oficial do Prêmio Sakharov ao povo ucraniano.

"Não podemos esperar pelo fim da guerra para levar a julgamento todos aqueles que começaram esta guerra", disse o líder ucraniano, que falou por videoconferência no hemicycle do Parlamento Europeu em Estrasburgo.

No seu discurso de aceitação do prêmio, o Presidente ucraniano sublinhou que a agressão russa visa privar a Europa da liberdade e insistiu que a vitória sobre Moscovo deve garantir que nenhuma "política genocida contra o Povo ucraniano" pode ser aplicada no futuro.

Zelensky aproveitou para pedir que seja criado um tribunal espe-



cial para julgar os crimes de guerra cometidos pelas forças russas em território ucraniano, que estão a ser investigados por várias organizações internacionais, bem como pelas autoridades judiciais nacionais e defendeu que a "Ucrânia e a Europa têm de alcançar uma nova arquitetura de segurança para garantir a paz internacional e o Estado de direito", argumentou Zelensky. O Prêmio Sakharov para a Liberdade de Pensamento é atribuído anualmente pelo Parlamento Europeu. O prêmio foi criado em 1988 para homenagear indivíduos e organizações que defendem os direitos humanos e as liberdades fundamentais e deve o seu nome ao físico e dissidente político soviético Andrei Sakharov, consistindo num certificado e num prêmio de um valor de 50 000 euros.

por Agência Lusa

PROCURADORIA EUROPEIA PEDE FIM DE IMUNIDADE DE DUAS DEPUTADAS, INCLUINDO KAILI



A Procuradoria Europeia requereu o levantamento da imunidade parlamentar de duas eurodeputadas gregas, uma delas Eva Kaili, atualmente detida num caso de alegada corrupção envolvendo o Qatar.

Este pedido baseia-se numa investigação, separada da do Qatar, levada a cabo pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) sobre a utilização de subsídios parlamentares e, em particular, a remuneração dos assistentes, refere a instituição num breve comunicado.

"Hoje, de acordo com os procedimentos previstos na legislação da União, a Procuradora-Geral Europeia solicitou o levantamento da imunidade à senhora Eva Kaili, deputada do Parlamento Europeu, e à senhora Maria Spyraiki, deputada do Parlamento Europeu" (PE), lê-se na nota divulgada.

A Procuradoria Europeia pediu ao PE que retire a imunidade às duas

deputadas gregas com base num relatório do OLAF, que inclui "uma suspeita de fraude em prejuízo do orçamento europeu". Esta alegada fraude está relacionada com a gestão dos subsídios parlamentares e, em particular, com a remuneração dos seus assistentes ou assessores acreditados.

O eventual levantamento da imunidade da ex-vice-presidente do Parlamento Europeu, Kaili, para este caso não se estenderia ao processo judicial em curso relacionado com o Qatar, em que está acusada de participação numa organização criminosa, branqueamento de capitais e corrupção.

A menos que sejam apanhados em flagrante delito, o que aconteceu no chamado 'Qatargate', as autoridades judiciais têm de pedir ao Parlamento Europeu que levante a imunidade de um eurodeputado.

por Agência Lusa

Editorial

POR **RICARDO DIAS PINTO**
SUB DIRETOR DO FOLHA NACIONAL



SOCIALISMO: O VERDADEIRO PERIGO PARA O MUNDO!

Disfarçados por uma típica superioridade moral, os movimentos, partidos ou mesmo governos de esquerda ou extrema-esquerda apresentam quase sempre riscos reais para a democracia dos seus países. Digo isto porque indiscutivelmente são cada vez mais os casos que podemos apontar por esse mundo fora, como exemplos evidentes desse facto.

Ainda há dias, no Perú, o presidente eleito em 2021, Pedro Castillo, tentou levar a cabo um Golpe de Estado ao perceber que iria ser alvo de um impeachment. Pedro Castillo é próximo do Bloco de Esquerda, partido que em 2021 saudou o "povo peruano" pela eleição, escrevendo em comunicado que a mesma iria abrir "caminho à democratização plena, a uma política económica solidária e a uma resposta urgente e humanista ao nível da saúde pública e da vacinação anti-covid19".

Pois vimos a agora a democratização "à esquerda" que Castillo tentou implementar! Graças a Deus, este Golpe acabou frustrado e Pedro Castillo foi preso!

Não foi no Séc. XIX, nem XX, foi mesmo por estes dias.

Mas temos muitos outros casos em que os povos não têm a mesma sorte e os Chefes de Estado, - quase todos, senão mesmo todos da mesma 'Família Política' - levam a melhor, eternizando o seu Poder Absoluto, e debaixo da tal "moral superior", destruindo países, economias, famílias, liberdades e democracias, acabando com a separação de poderes e tomando as rédeas da Justiça para a usar contra as vozes incómodas a si mesmos e aos Regimes que instalam, como são os casos da Venezuela, Cuba, Argentina, Bolívia ou Nicarágua, entre tantos outros.

Curiosamente em todos eles encontramos Lula da Silva como denominador comum de amizade e boas relações entre os líderes.

O tal Lula da Silva, em Portugal apoiado por António Costa e pelo PS,

mas também pelo Bloco de Esquerda, PCP, PAN, Livre, PSD senão mesmo pelo moribundo CDS!

E isto leva-nos ao maior dos perigos desta extrema-esquerda dominante no mundo:

as relações institucionais e cumplicidade entre eles!

Mantenhamos o exemplo inicial:

Pedro Castillo, acusado de Golpe de Estado, mas também suspeito de tráfico de drogas e da habitual e velhinha corrupção, para além de felicitado como "salvador do Perú" pelo Bloco de Esquerda teve encontros com o Ministro dos Negócios Estrangeiros português João Gomes Cravinho, que afirmou e está no site do Governo da República Portuguesa para consulta, que existirão e cito: "pontos de convergência com as autoridades peruanas".

Também o socialista Pedro Sánchez, chefe do Governo de Espanha, felicitou no Twitter a eleição do seu correligionário sul-americano Pedro Castillo em Junho de 2021.

No próximo dia 1 de Janeiro, o Brasil será palco da tomada de posse de Lula da Silva.

Outro socialista próximo dos partidos de esquerda e extrema-esquerda portugueses, mas também de Hugo Chávez, Fidel e Raúl Castro e continua a ser de José Sócrates, António Costa, do golpista Pedro Castillo, e ainda de Daniel Ortega, Alberto Fernández e Cristina Khrischner, bem como de Pedro Sánchez e Zapatero entre tantos outros. Não antevejo nada de bom para o Brasil.

E não o consigo fazer, cada vez que conto de entre as relações de amizade ou proximidade política de Lula da Silva, quantos são corruptos, quantos ditadores e quantos serão efectivamente democratas convictos, mas também pelo papel ditatorial do STE (Superior Tribunal Eleitoral) e do STF, (Superior Tribunal Federal) especialmente na pessoa do inefável, autoritário e prepotente Ministro Alexandre de Moraes!

O CHEGA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Pelos Caminhos de Portugal

LISBOA

ESCOLA DE VILA FRANCA DE XIRA PRECISA DE OBRAS JÁ!

O vereador do CHEGA em Vila Franca de Xira, Barreira Soares, defendeu a necessidade de serem levadas a cabo obras de reabilitação na Escola EB 2,3 de Vialonga para fazer face à atual falta de condições existentes, tanto para alunos, como para professores e funcionários. Para isso, o

vereador apresentou uma proposta de deliberação à Câmara Municipal com vista à criação de um plano de intervenção urgente que contemple a identificação dos problemas e a disponibilização da verba necessária à resolução dos mesmos.

BEJA

PCP RECUSA HOMENAGEM DO CHEGA EM SERPA AOS ANTIGOS COMBATENTES DO ULTRAMAR

A vereadora eleita pelo CHEGA em Serpa, Ana Moisés, apresentou uma moção com vista à construção de um monumento em homenagem aos Antigos Combatentes do Ultramar. Os eleitos do PCP recusaram, infelizmente, prestar esta merecida e

sentida homenagem a todos os que perderam a vida a defender a Pátria e a todos os que viram a sua vida mudar radicalmente depois terem sido enviados para os territórios do Ultramar com o único objetivo de defender Portugal.

FARO

CHEGA REPUDIÁ ESTRATÉGIA DE TRIPLICAÇÃO DO IMI EM FARO

O deputado municipal do CHEGA em Faro mostrou-se contra uma nova Estratégia de Regeneração Urbana que define o que são prédios devolutos na cidade. Esta proposta não tem outro objetivo que não seja o aumento de receita da autarquia à custa dos contribuintes com a triplicação

do IMI para habitações devolutas, tanto habitações degradadas como não degradadas. E se este aumento já é motivo de repúdio, a forma e o critério como é decidido é inadmissível, pois é com base nas informações de consumo da FAGAR.

LISBOA

PARTIDOS RECUÇAM ACORDO COM ASSOCIAÇÃO DE SURDOS NO LUMIAR

O eleito do CHEGA para a Junta de Freguesia do Lumiar, João Condesso, propôs na Assembleia de Freguesia que fosse concretizado um acordo com a Associação Portuguesa de Surdos para a criação de uma bolsa de horas de utilização do pavilhão coberto do Alto da Faia

pelos utentes desta associação. Este acordo, que foi rejeitado, incluía ainda a disponibilização, por parte da Associação, de tradutores de Língua Gestual para a Assembleia de Freguesia e reuniões públicas da Junta de Freguesia.

